

O TEXTO
E A CONSTRUÇÃO
DOS SENTIDOS

INGEDORE G. VILLAÇA KOCH

SBD-FFLCH-USP



262964

EDITORA
CONTEXT0

410
K81C
7. ed.
e. 15

NS. 177K758

Copyright © 1997 Ingedore Villaça Koch

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA CONTEXTO (Editora Pinsky Ltda.)

Composição: FA Fábrica de Comunicação
Revisão: Vera Lúcia Quintanilha
Capa: Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça
O texto e a construção dos sentidos / Ingedore Koch 7. ed. –
São Paulo : Contexto, 2003.

Bibliografia
ISBN 85-7244-068-2

1. Fala 2. Linguagem 3. Textos I. Título II. Série

97-1799

CDD- 415

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística textual 415
2. Sentidos: Linguística 415
3. Texto: Linguística 415

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: Jaime Pinsky
Rua Acopiara, 199 – Alto da Lapa
05083-110 – São Paulo – SP
PABX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

2003

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

SUMÁRIO

Introdução	7
Parte I: A Construção Textual do Sentido	9
A Atividade de Produção Textual	11
O Texto: Construção de Sentidos	25
Atividades e Estratégias de Processamento Textual	31
A Construção dos Sentidos no Texto: Coesão e Coerência	45
A Construção dos Sentidos no Texto: Intertextualidade e Polifonia	59
Parte II: A Construção do Sentido no Texto Falado	75
A Natureza da Fala	77
Atividades de Construção do Texto Falado: Tipos e Funções	83

21300137189



DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE

Tematização e Rematização: Estratégias de Construção do Texto Falado	93
A Repetição como Estratégia de Construção do Texto Falado	123
A Dinamicidade dos Tópicos no Texto Conversacional: Digressão e Coerência	147
Bibliografia	159
A Autora no Contexto	167

INTRODUÇÃO

O processo de produção textual, no quadro das teorias sócio-interacionais da linguagem, é concebido como atividade interacional de sujeitos sociais, tendo em vista a realização de determinados fins. 7

As teorias sócio-interacionais reconhecem a existência de um sujeito planejador/organizador que, em sua inter-relação com outros sujeitos, vai construir um texto, sob a influência de uma complexa rede de fatores, entre os quais a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças, convicções, atitudes dos interactantes, os conhecimentos (supostamente) partilhados, as expectativas mútuas, as normas e convenções sócio-culturais. Isso significa que a construção do texto exige a realização de uma série de atividades cognitivo-discursivas que vão dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas, os quais, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos.

É ao estudo de tais atividades discursivas e de suas marcas na materialidade lingüística que se destina a presente obra. Na primeira parte, trato de questões gerais relativas à produção do sentido, comuns, portanto, às modalidades escrita e falada da língua; na segunda, detenho-me no estudo da construção dos sentidos no texto falado.

Os capítulos que compõem este livro constituem versões mais ou menos próximas de trabalhos publicados em revistas especializadas e/ou apresentados em congressos, que discutem questões centrais referentes à construção textual dos sentidos e que se interligam teórica e metodologicamente, formando o todo que aqui apresento e que submeto à apreciação dos leitores, cujas críticas e sugestões serão sempre bem-vindas.

8

PARTE I

A CONSTRUÇÃO TEXTUAL DO SENTIDO

A ATIVIDADE DE PRODUÇÃO TEXTUAL

Segundo as teorias da atividade verbal, o texto resulta de um tipo específico de atividade a que autores alemães denominam "*Sprachliches Handeln*", entendendo por *handeln* todo tipo de influência consciente, teleológica e intencional de sujeitos humanos, individuais ou coletivos, sobre seu ambiente natural e social. Dessa forma, *Sprachliches Handeln* diz respeito à realização de uma atividade verbal, numa situação dada, com vistas a certos resultados.

A escola psicológica e psicolingüística soviética, por sua vez, baseada em Vigotsky, emprega o termo "dejatel'nost" para designar o complexo conjunto de processos postos em ação para a consecução de determinado resultado, que é, ao mesmo tempo, o motivo da atividade, ou seja, aquilo por meio do que se concretiza uma necessidade do sujeito (Serébrennikov, 1933:60). Conseqüentemente, tal atividade pode articular-se em três aspectos: **motivação, finalidade e realização**. Diz Leont'ev (1971:31):

"Surge de uma necessidade. Depois, planificamos a atividade, fazendo uso de meios sociais – os signos – ao determinar sua meta e eleger os meios adequados à sua realização. Finalmente, a realizamos, e com isso alcançamos os resultados visados. Cada ato da atividade compreende, pois, a unidade

dos três aspectos: começa com um motivo e um plano, e termina com um resultado, com a consecução da meta prevista no início; mas, nesse meio, há um sistema dinâmico de ações e operações concretas orientadas para essa meta”.

Leont'ev (1974) ressalta que tais ações e operações, que constituem a atividade verbal, estão inseridas em um processo social – o que permite considerar a linguagem enquanto atividade determinada pelos fatores sociais.

12 Ora, toda atividade pressupõe a existência de uma estruturação interna, a qual, segundo Leont'ev (1971), “se expressa sobretudo no fato de que o processo da atividade consta de ações individuais(...). As mesmas ações podem pertencer a diferentes atividades e vice-versa: o mesmo resultado pode ser alcançado por meio de diferentes ações”. Tais ações, que presidem a estruturação ou atividade, e que possuem também determinação social (e psico-individual), articulam-se por sua vez em operações específicas, que são os meios de realização das ações individuais, em virtude da motivação própria de cada uma delas. Enquanto as ações têm caráter “psíquico”, as operações são fundamentalmente psicofisiológicas (na atividade verbal, por exemplo, as operações de fonação, articulação etc.).

Toda atividade humana, portanto, teria os seguintes aspectos fundamentais:

- a. existência de uma necessidade/interesse;
- b. estabelecimento de uma finalidade;
- c. estabelecimento de um plano de atividade, formado por ações individuais;
- d. realização de operações específicas para cada ação, de conformidade com o plano prefixado;

- e. dependência constante da situação em que se leva a cabo a atividade, tanto para a planificação geral como para a realização das ações e a possível modificação do processo no decurso da atividade (troca das ações previstas por outras, de acordo com mudanças produzidas na situação).

A TEORIA DA ATIVIDADE VERBAL

A teoria da atividade verbal (teorija recevoj dejatel'nosti) é, portanto, a adaptação ao fenômeno “linguagem” de uma teoria da atividade de caráter filosófico, articulada com uma teoria da atividade (social) humana, que se especifica em uma teoria da atividade (comunicativa) verbal.

A atividade verbal é definida por Leont'ev (1971) como “... uma atividade (...) do ser humano que se transmite até certo grau mediante os signos de uma língua (cuja característica fundamental é a utilização produtiva e receptiva dos signos da língua). Em sentido restrito, deve-se entendê-la como uma atividade na qual o signo lingüístico atua como ‘estímulo’ (Vygotsky), uma atividade, portanto, em cujo transcurso construímos uma expressão lingüística para alcançar um objetivo prefixado.”

O que interessa, assim, ao estudo propriamente lingüístico são as formas de organização da linguagem para a realização de fins sociais (o que inclui, evidentemente, o estudo do sistema de signos de que nos valem). Isto é, seu objetivo é verificar **como se conseguem realizar determinadas ações ou interagir socialmente através da linguagem** (que é, em essência, também a preocupação da **teoria dos atos de fala** de Austin, Searle e suas variantes).

A realização lingüística da atividade verbal depende das condições sociais e psicológicas, além de vir determinada pelo

motivo básico da atividade, e utiliza diversos meios como: a. seleção de palavras; b. passagem do programa à sua realização; c. projeto gramatical; d. tradução e comparação de variantes sintáticas; e. fixação e reprodução dos compromissos gramaticais, unidos à programação motora (fisiológica) (Leont'ev, 74).

Quanto ao modo como o conjunto da atividade e do seu entorno sócio-psicológico influi na forma específica da expressão lingüística, ele destaca:

14 **Fatores que determinam a intervenção verbal** (isto é, aquilo que leva à realização de determinado ato verbal):

- **motivação** – geralmente não há um motivo único, mas um conjunto de motivos, embora seja possível destacar o motivo central ou dominante;
- **situação** – que inclui um conjunto de influências internas que afetam um organismo e que, juntamente com a motivação inicial, informam com precisão esse organismo quanto às escolhas que deve realizar; e também a situação objetiva (situação propriamente dita) e a informação sobre situações distintas nas quais se realizaram outras atividades;
- **prova de probabilidades**, que determina quais, entre as diversas ações possíveis (integrantes de uma atividade completa), têm mais possibilidade de produzir os frutos desejados;
- **tarefa-ação** – segundo a qual se seleciona a ação que terá mais probabilidade de êxito; consiste fundamentalmente em nosso próprio conhecimento da estrutura e da finalidade de toda a atividade, isto é, trata-se de projetar uma das ações (aquela que, de acordo com o “cálculo de

probabilidades”, tem a maior probabilidade de êxito) para cumprir seu papel específico dentro do conjunto de ações em que se articula a atividade.

Sob a influência de tais fatores, o sujeito idealiza o **plano geral do texto**, que determina a organização interna deste, antes de passar à sua realização mediante unidades lingüísticas.

Já os fatores que determinam a **realização verbal da intenção verbal**, ou seja, os aspectos especificamente “superficiais”, são, segundo Leont'ev:

- a língua particular em que se realiza o enunciado, isto é, o sistema lingüístico de uma dada língua; 15
- o grau de domínio da língua;
- o fator funcional-estilístico, que determina a escolha dos meios lingüísticos mais adequados dentre todas as possibilidades existentes, de acordo com as condições específicas em que se realiza a comunicação. É responsável, por exemplo, pela seleção da forma dialogada ou monologada, escrita ou falada, do tipo de texto etc., assim como dos aspectos tradicionalmente considerados ‘estilísticos’;
- o fator afetivo, expressivo;
- as diferenças individuais em experiência verbal entre falante e ouvinte, que exigem determinadas estratégias por parte do falante na seleção das formas lingüísticas, de acordo com as necessidades e possibilidades do ouvinte;
- o contexto verbal, no sentido de “contexto lingüístico”;
- a situação comunicativa.

Em resumo: A linguagem é uma forma de atividade e, assim sendo, deve ser encarada como uma atividade em geral, e, mais especificamente, como uma atividade humana. Como tal,

toda atividade verbal possui, além da **motivação**, um **conjunto de operações**, que são próprias do sistema lingüístico e que representam a articulação das ações individuais em que se estrutura a atividade, e um **objetivo final** que, como o motivo inicial, tem um caráter basicamente lingüístico. No processo de realização da atividade mediante **ações verbais** (atos verbais), é preciso distinguir duas fases: a estruturação da motivação inicial e a realização superficial dessa motivação. Em ambas, é preciso ter em conta os determinantes não-lingüísticos, fundamentalmente de caráter psico-social, devendo, inclusive, a manifestação superficial explicar-se, em grande parte, por tais fatores.

16

ALGUMAS PROPOSTAS NO INTERIOR DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL

1. Dentro da teoria da atividade verbal, uma das primeiras tentativas de elaboração de um modelo textual foi desenvolvido por H. Isenberg (1976), que propôs um método apto para descrever a geração (e também a interpretação e análise) de um texto, desde a estrutura pré-lingüística da intenção comunicativa até a manifestação superficial, incluindo fundamentalmente as estruturas sintáticas, mas que pode ser ampliado aos níveis inferiores (morfológico, fonológico etc.). Para ele, o texto pode ser encarado sob oito aspectos diferentes:

- **legitimidade social** – texto como manifestação de uma atividade social legitimada pelas condições sociais;
- **funcionalidade comunicativa** – texto como unidade de comunicação;
- **semânticidade** – texto em sua função referencial com a realidade;

- **referência à situação** – texto como reflexo de traços da situação comunicativa;
- **intencionalidade** – texto como uma forma de realização de intenções;
- **boa formação** – texto como sucessão linear coerente de unidades lingüísticas; unidade realizada de acordo com determinados princípios;
- **boa composição** – texto como sucessão de unidades lingüísticas selecionadas e organizadas segundo um plano de composição;
- **gramaticalidade** – texto como sucessão de unidades lingüísticas estruturadas segundo regras gramaticais.

17

O estudo do texto em sua totalidade deve considerar os oito aspectos, embora o autor tenha dedicado seu trabalho apenas aos aspectos 6, 7 e 8. Cada um deles pode dar origem a uma teoria parcial, de modo que os oito, em conjunto, permitiriam o estudo – necessariamente interdisciplinar – do texto lingüístico. Os vários aspectos são apresentados numa ordem tal que cada um deles pressupõe os anteriores, sendo 1 e 2 pressupostos básicos: existe, em primeiro lugar, a necessidade social, para cuja realização se elabora um texto, cujo conteúdo se fixa de acordo com a situação comunicativa e a intenção do falante; passo a passo chega-se ao nível superficial do “texto” em forma de elementos lingüísticos sucessivos. Para o estudo de cada aspecto, é preciso ter em conta os anteriores; assim, por exemplo, **uma descrição adequada da gramaticalidade deverá levar em conta a intenção**.

Isenberg ressalta a importância do aspecto pragmático como determinante do sintático e do semântico: o plano geral do texto determina as funções comunicativas que nele irão aparecer e es-

tas, por sua vez, determinam as estruturas superficiais. A relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao seu plano textual prévio, que se manifesta por meio de instruções ao ouvinte para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade, isto é, o seu conteúdo e o seu plano global; ou seja, o ouvinte não se limita a “entender” o texto no sentido de captar seu conteúdo referencial, mas atua no sentido de reconstruir os propósitos do falante ao estruturá-lo, isto é, descobrir o “para quê” do texto.

18

2. Também os trabalhos de Van Dijk, especialmente os da década de 80, enquadram-se numa teoria acional da linguagem. Em Van Dijk (1981: 210), por exemplo, lê-se “... o planejamento pragmático de um discurso ou conversação requer a atualização mental de um conceito de ato de fala global. É com respeito a esse macroato de fala que se constrói o **propósito** da interação: que X quer saber ou fazer algo. Se dissermos, de maneira bastante vaga, embora familiar nas ciências sociais, que a ação humana é finalisticamente orientada (“goal directed”), estaremos significando que seqüências de ações (...) são realizadas sob o controle efetivo de uma macro-intenção ou plano, encaixado numa macro-finalidade, para um ou mais atos globais. Enquanto tal macro-propósito é a representação das conseqüências desejadas de uma ação (...), a macro-intenção ou plano é a representação conceitual do estado final, isto é, do resultado da macro-ação. Sem um macro-propósito e uma macro-intenção, seríamos incapazes de decidir qual ato de fala concreto poderia propiciar um estado a partir do qual o resultado pretendido e a meta intencionada poderiam ser alcançados.”

3. Schmidt (1971: 33) escreve, acerca da **teoria do ato verbal**: “A linguagem... já não é considerada primariamente como

sistema de signos, denotativo, mas como **sistema de atividades** ou **de operações**, cuja estrutura consiste em realizar, com a ajuda de um repertório aberto de variáveis (...) e um repertório fechado de regras, determinadas operações ordenadas, a fim de conseguir um determinado objetivo, que é informação, comunicação, estabelecimento de contato, automanifestação, expressão e (per) formação da atividade. Por isso é que propõe, para os “jogos verbais” de Wittgenstein, a denominação “jogos de atuação comunicativa”.

4. Wunderlich (1978: 30), por sua vez, assinala: “O objetivo da teoria da atividade é extrair os traços comuns das ações, planos de ação e estágios das ações, e pô-los em relação com traços comuns dos sistemas de normas, conhecimentos e valores. A análise do conceito de atividade (o que é atividade/ação) está estreitamente ligada à análise do conhecimento social sobre as ações ou atividades (o que se **considera** uma ação?). A teoria da atividade é, portanto, em parte uma disciplina de orientação das ciências sociais, em parte, também, filosófica e de metodologia da Ciência. A relação com a lingüística está em que o fundamento pragmático da teoria da linguagem deve enlaçar-se com a teoria da atividade e que, por sua vez, a análise lingüística pode contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da teoria da atividade”.

19

5. Beaugrande & Dressler (1981), por seu turno, afirmam: “A produção e a recepção de textos funcionam como **ações discursivas** relevantes para algum plano ou meta”. (cf. as ações verbais de Leont’ev). Partindo da definição de Von Wright (1967): “ação é um ato intencional que transforma uma situação de uma forma como, de outro modo, não teria ocorrido”, descrevem a ação discursiva em termos das modificações que ela efetua sobre a

situação e sobre os vários estados dos participantes: estado de conhecimento, social, emocional etc. Entre todas as mudanças que ocorrem por meio de um discurso, o foco de cada participante recai sobre aqueles estados que são instrumentais para os seus planos, com vistas a determinado objetivo. Deste modo, os estados são processados através de sua **vinculação** a um plano, isto é, pelo encaixamento das ações numa seqüência planejada de estados ("plan attachment").

20 Seu trabalho, portanto, insere-se também nos quadros de uma teoria da atividade. Dizem eles que a primeira fase da produção de textos consiste usualmente no planejamento: o produtor tem a intenção de atingir determinada meta via texto, de modo que a produção deste é uma submeta no trajeto para o atingimento do objetivo principal.

Definindo o discurso como uma seqüência de situações ou eventos em que vários participantes apresentam textos como **ações discursivas**, Beaugrande & Dressler consideram a atividade verbal como uma instância de planejamento interativo. Por isso, incluem, entre os critérios ou padrões de textualidade, a **intencionalidade/aceitabilidade**. Segundo eles, a intencionalidade, em sentido estrito e imediato, diz respeito ao propósito dos produtores de textos de fazer com que o conjunto de ocorrências verbais possa constituir um instrumento textual coesivo e coerente, capaz de realizar suas intenções, isto é, atingir uma meta especificada em um plano; em sentido amplo, abrange todas as maneiras como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar seus objetivos.

A aceitabilidade, por sua vez, refere-se à atitude cooperativa (cf. Grice) dos interlocutores, ao concordarem em "jogar o jogo", de acordo com as regras e encaram, **em princípio**, a contribuição do parceiro como coerente e adequada à realização dos objetivos visados.

Para esses autores, embora a coesão e a coerência constituam os padrões mais evidentes de textualidade, não são, por si só, suficientes para estabelecer fronteiras absolutas entre textos e não textos, já que as pessoas muitas vezes utilizam textos que, por várias razões, não se apresentam totalmente coesos e/ou coerentes. É isso que os leva a incluir as atitudes dos usuários entre os critérios de textualidade: para que uma manifestação lingüística constitua um texto, é necessário que haja a intenção do produtor de apresentá-la – e a dos parceiros de aceitá-la como tal –, em uma situação de comunicação determinada. Pode, inclusive, acontecer que, em certas circunstâncias, se afrouxe ou elimine deliberadamente a coesão e/ou coerência semântica do texto com o objetivo de produzir efeitos específicos. Aliás, nunca é demais lembrar que a coerência não constitui uma propriedade ou qualidade do texto em si: um texto é coerente para alguém, em dada situação de comunicação específica (cf., por ex., Van Dijk, 1983; Koch & Travaglia, 1989 e 1990). Este alguém, para construir a coerência, deverá levar em conta não só os elementos lingüísticos que compõem o texto, mas também seu conhecimento enciclopédico, conhecimentos e imagens mútuas, crenças, convicções, atitudes, pressuposições, intenções explícitas ou veladas, situação comunicativa imediata, contexto sociocultural e assim por diante.

21 6. Motsch & Pasch (1987) concebem o texto como uma seqüência hierarquicamente organizada de atividades realizadas pelos interlocutores. Segundo eles, componentes da **atividade lingüística (AL)** reúnem-se na seguinte fórmula:

al = (e, int., cond., cons.)

em que e representa a enunciação, **int.**, a intenção do anunciador de atingir determinado objetivo, **cond.**, as condições necessárias para que esse objetivo seja alcançado, e **cons.**, as conseqüências decorrentes do atingimento do objetivo.

De acordo com essa fórmula, a enunciação (e) é movida por uma intenção (**int.**) do enunciador de atingir determinado objetivo ilocucional em relação ao enunciatário. Para atingir um objetivo fundamental (OBf), o enunciador precisa atingir um outro (OBf-1), anterior e subordinado àquele: que o enunciatário aceite, isto é, esteja disposto a mostrar a reação pretendida pelo enunciador ou, ainda, que o enunciatário queira que o enunciador atinja o OBf. E, finalmente, para que a aceitação ocorra, um outro objetivo (OBf-2), anterior e subordinado a OBf-1, precisa ser alcançado: que o enunciatário reconheça a intenção do enunciador, ou seja, compreenda qual é o objetivo que este persegue, o que depende da formulação adequada da enunciação.

Em outras palavras, de acordo com Motsch e Pasch, para alcançar o objetivo ilocucional fundamental, exige-se que o enunciador assegure ao enunciatário as condições para que este reconheça sua intenção (compreendendo a formulação da enunciação) e aceite realizar o objetivo a que ele visa. Deste modo, o enunciador realiza o objetivo a que ele visa. Deste modo, o enunciador realiza atividades lingüístico-cognitivas para garantir a compreensão e estimular, facilitar ou causar a aceitação. Da parte do enunciatário, para que a atividade ilocucional seja bem sucedida, faz-se necessário que ele compreenda o objetivo do enunciador, aceite esse objetivo e mostre a reação desejada. Os autores, relacionando os **objetivos parciais** OBf-2 e OBf-1 com as **atividades de composição textual** (como fundamentar, justificar, explicar, completar, repetir, parafrasear, corrigir, resumir,

ênfatizar), distinguem duas categorias: a) as que visam a que o enunciatário compreenda a enunciação (OBf-2); b) as que pretendem levá-lo a aceitar realizar o objetivo fundamental do enunciador (OBf-1).

Hilgert (1990: 9), comentando a proposta desses autores, relativamente às atividades de composição do texto falado (ou de **formulação "lato sensu"**), afirma que estas devem ser vistas como procedimentos de solução de problemas: "se, em sentido lato, admitir-se que as atividades de formulação são iniciativas de construção lingüístico-comunicativa de um enunciador, para fornecer uma "proposta de compreensão" ao enunciatário, em interação com o qual o processo comunicacional se realiza; e se, com Rath (1985: 21), se considerar que "na língua falada, um texto consiste, ao menos em parte, na própria produção do texto (...)", onde fenômenos específicos como interrupções, reinícios, correções, paráfrases, repetições e outros o apresentam em constante **status nascendi**; então se pode admitir que as atividades de formulação são desencadeadas por problemas – reais ou virtuais – de compreensão, detectados por ocasião do processamento textual. Em outras palavras, atividades de formulação são aqueles procedimentos a que recorrem os interlocutores para resolver, contornar, ultrapassar ou afastar dificuldades, obstáculos ou barreiras de compreensão.

O estudo das atividades de composição ou construção textual tem sido objeto de uma série de pesquisas, entre as quais as de Koch & Souza e Silva (1991, 1992, 1993); nas quais se propõe uma revisão de alguns posicionamentos de Motsch e Pasch e se apresenta uma proposta de classificação das atividades de construção do texto falado.

De todo o exposto, pode-se concluir que, vista sob essa perspectiva, a atividade de produção textual pressupõe um sujeito –

entidade psico-físico-social – que, em sua relação com outro(s) sujeito(s), constrói o objeto-texto, levando em consideração em seu planejamento todos os fatores acima mencionados, combinando-os de acordo com suas necessidades e seus objetivos. O(s) outro(s) sujeito(s) implicado(s) nessa atividade – e no próprio discurso do parceiro, já que a alteridade é constitutiva da linguagem – pode(m) ou não atribuir sentido ao texto, aceitá-lo como coeso e/ou coerente, considerá-lo relevante para a situação de interlocução e/ou capaz de produzir nela alguma transformação.

24 Na atividade de produção textual, social/individual, alteridade/subjetividade, cognitivo/discursivo coexistem e condicionam-se mutuamente, sendo responsáveis, em seu conjunto, pela ação dos sujeitos empenhados nos jogos de atuação comunicativa ou sócio-interativa.

O TEXTO: CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

O QUE É UM TEXTO

É sabido que, conforme a perspectiva teórica que se adote, o mesmo objeto pode ser concebido de maneiras diversas. O conceito de texto não foge à regra. E mais: nos quadros mesmos da Linguística Textual, que tem no texto seu objeto precípua de estudo, o conceito de texto varia conforme o autor e/ou a orientação teórica adotada. 25

Assim, pode-se verificar que, desde as origens da Linguística do Texto até nossos dias, o texto foi visto de diferentes formas. Em um primeiro momento, foi concebido como:

- a. unidade lingüística (do sistema) superior à frase;
- b. sucessão ou combinação de frases;
- c. cadeia de pronominalizações ininterruptas;
- d. cadeia de isotopias;
- e. complexo de proposições semânticas.

Já no interior de orientações de natureza pragmática, o texto passou a ser encarado:

- a. pelas teorias acionais, como uma seqüência de atos de fala;
- b. pelas vertentes cognitivistas, como fenômeno primariamente psíquico, resultado, portanto, de processos mentais; e

- c. pelas orientações que adotam por pressuposto a teoria da atividade verbal, como parte de atividades mais globais de comunicação, que vão muito além do texto em si, já que este constitui apenas uma fase desse processo global.

Desta forma, o texto deixa de ser entendido como uma estrutura acabada (produto), passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção.

26 Combinando esses últimos pontos de vista, o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social. Defende-se, portanto, a posição de que:

- a. a produção textual é uma atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inserida em contextos mais complexos de atividades (cf. capítulo anterior);
- b. trata-se de uma atividade consciente, criativa, que compreende o desenvolvimento de estratégias concretas de ação e a escolha de meios adequados à realização dos objetivos; isto é, trata-se de uma atividade intencional que o falante, de conformidade com as condições sob as quais o texto é produzido, empreende, tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário através da manifestação verbal;
- c. é uma atividade interacional, visto que os interactantes, de maneiras diversas, se acham envolvidos na atividade de produção textual.

Dessa perspectiva, então, podemos dizer, numa primeira aproximação, que textos são resultados da atividade verbal de indivíduos socialmente atuantes, na qual estes coordenam suas ações no intuito de alcançar um fim social, de conformidade com as condições sob as quais a atividade verbal se realiza.

Poder-se-ia, assim, conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos co-enunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (cf. Koch, 1992).

É esta também a posição de Schmidt (1978:170), para quem o texto é “qualquer expressão de um conjunto lingüístico numa atividade de comunicação – no âmbito de um ‘jogo de atuação comunicativa’ – tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível”.

Em Marcuschi (1983:12-13), encontramos a seguinte “definição provisória” de Lingüística Textual e de seu objeto, que também parece ajustar-se bem a essa linha de pensamento:

“Proponho que se veja a Lingüística do Texto, mesmo que provisória e genericamente, como o *estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais*.

Seu tema abrange a *coesão superficial* ao nível dos constituintes lingüísticos, a *coerência conceitual* ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações a nível pragmático da produção do sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a Lingüística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado deve preservar a *organização linear* que é o tratamento estritamente lingüístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a *organização reticulada* ou tentacular, não linear portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO TEXTUAL

A informação semântica contida no texto distribui-se, como se sabe, em (pelo menos) dois grandes blocos: o *dado* e o *novo*, cuja disposição e dosagem interferem na construção do sentido.

A informação dada – aquela que se encontra no horizonte de consciência dos interlocutores (cf. Chafe, 1987) – tem por função estabelecer os pontos de ancoragem para o aporte da informação nova.

28 A retomada de informação já dada no texto se faz por meio de remissão ou referência textual (cf. Koch, 1989), formando-se destarte no texto as *cadeias coesivas*, que têm papel importante na organização textual, contribuindo para a produção do sentido pretendido pelo produtor do texto.

A remissão se faz, freqüentemente, não a referentes textualmente expressos, mas a “conteúdos de consciência”, isto é, a referentes estocados na memória dos interlocutores, que, a partir de “pistas” encontradas na superfície textual, são (re)ativados, via inferenciação. É o que se denomina *anáfora semântica* ou *anáfora profunda*, que será retomada no Capítulo 4. As inferências constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem estabelecer a ponte entre o material lingüístico presente na superfície textual e os conhecimentos prévios e/ou compartilhados dos parceiros da comunicação. Isto é, é em grande parte através das inferências que se pode (re)construir os sentidos que o texto implícita.

Com ancoragem na informação dada, opera-se a progressão textual, mediante a introdução de informação nova, estabelecendo-se, assim, relações de sentido entre:

- a. segmentos textuais de extensões variadas;
- b. segmentos textuais e conhecimentos prévios;
- c. segmentos textuais e conhecimentos e/ou práticas socioculturalmente partilhados.

Quer para a remissão, quer para a progressão textual, cada língua põe à disposição dos falantes uma série de recursos expressivos, comumente englobados sob o rótulo de *coesão textual* (cf. Koch, 1989).

As relações entre segmentos textuais estabelecem-se em vários níveis:

1. No interior do enunciado, através da articulação tema-remática. A informação temática é normalmente dada, enquanto a remática constitui, em geral, informação nova. O uso de um ou outro tipo de articulação tema-remática (progressão com tema constante, progressão linear, progressão com tema derivado, progressão e subdivisão do rema etc.) tem a ver com o tipo de texto, com a modalidade (oral ou escrita), com os propósitos e atitudes do produtor.
2. Entre orações de um mesmo período ou entre períodos no interior de um parágrafo (encadeamento), por meio dos conectores interfrásticos, aqui considerados tanto aqueles que estabelecem relações de tipo lógico-semântico, como aqueles responsáveis pelo estabelecimento de relações discursivas ou argumentativas (cf. Koch, 1984, 1987 e 1989a).
3. Entre parágrafos, seqüências ou partes inteiras do texto, por meio dos “articuladores textuais” ou também por mera justaposição.

Relações entre informação textualmente expressa e conhecimentos prévios e/ou partilhados podem ser estabelecidas por recurso à intertextualidade, à situação comunicativa e a todo o contexto sociocultural.

QUAL É, AFINAL, A PROPRIEDADE DEFINIDORA DO TEXTO?

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Portanto, à concepção de texto aqui apresentada subjaz o postulado básico de que **o sentido não está no texto**, mas se **constrói a partir dele**, no curso de uma interação. Para ilustrar essa afirmação, tem-se recorrido com frequência à metáfora do *iceberg*: como este, todo texto possui apenas uma pequena superfície exposta e uma imensa área imersa subjacente. Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz-se necessário o recurso aos vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais.

Uma vez construído **um** – e não **o** – sentido, adequado ao contexto, às imagens recíprocas dos parceiros da comunicação, ao tipo de atividade em curso, a manifestação verbal será considerada coerente pelos interactantes (cf. Koch & Travaglia, 1989). É a coerência assim estabelecida que, em uma situação concreta de atividade verbal – ou, se assim quisermos, em um “jogo de linguagem” – vai levar os parceiros da comunicação a identificar um texto como texto.

ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS DE PROCESSAMENTO TEXTUAL

Dentro da concepção de lingua(gem) como atividade interindividual, o processamento textual, quer em termos de produção, quer de compreensão, deve ser visto também como uma **atividade** tanto de caráter lingüístico, como de caráter sócio-cognitivo.

Ainda dentro dessa concepção, o texto é considerado como manifestação verbal, constituída de elementos lingüísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática sociocultural.

Nessa atividade de produção textual, os parceiros mobilizam diversos sistemas de conhecimentos que têm representados na memória, a par de um conjunto de estratégias de processamento de caráter sociocognitivo e textual.

O objetivo deste capítulo é discutir algumas das questões ligadas ao processamento sociocognitivo de textos.

SISTEMAS DE CONHECIMENTO ACESSADOS POR OCASIÃO DO PROCESSAMENTO TEXTUAL

Para o processamento textual contribuem três grandes sistemas de conhecimento: o lingüístico, o enciclopédico e o interacional (cf. Heinemann & Viehweger, 1991).

32 O conhecimento lingüístico compreende o conhecimento gramatical e o lexical, sendo o responsável pela articulação som-sentido. É ele o responsável, por exemplo, pela organização do material lingüístico na superfície textual, pelo uso dos meios coesivos que a língua nos põe à disposição para efetuar a remissão ou a seqüenciação textual, pela seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados.

O conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo, quer se trate de conhecimento do tipo declarativo (proposições a respeito dos fatos do mundo), quer do tipo episódico (os "modelos cognitivos" socioculturalmente determinados e adquiridos através da experiência). É com base em tais modelos, por exemplo, que se levantam hipóteses, a partir de uma manchete; que se criam expectativas sobre o(s) campo (s) lexical (ais) a ser (em) explorado(s) no texto; que se produzem as inferências que permitem suprir as lacunas ou incompletudes encontradas na superfície textual.

O conhecimento sócio-interacional é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *inter-ação* através da linguagem. Engloba os conhecimentos do tipo ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutural.

É o conhecimento ilocucional que permite reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de

interação, pretende atingir. Trata-se de conhecimentos sobre *tipos de objetivos* (ou *tipos de atos de fala*), que costumam ser verbalizados por meio de enunciações características, embora seja também freqüente sua realização por vias indiretas, o que exige dos interlocutores o conhecimento necessário para a captação do objetivo ilocucional.

O conhecimento comunicacional é aquele que diz respeito, por exemplo, a normas comunicativas gerais, como as máximas descritas por Grice (1969); à quantidade de informação necessária numa situação concreta para que o parceiro seja capaz de reconstruir o objetivo do produtor do texto; à seleção da variante lingüística adequada a cada situação de interação e à adequação dos tipos de texto às situações comunicativas. É o que Van Dijk (1994) chama de *modelos cognitivos de contexto*.

O conhecimento metacomunicativo permite ao produtor do texto evitar perturbações previsíveis na comunicação ou sanar (*on-line ou a posteriori*) conflitos efetivamente ocorridos por meio da introdução no texto, de sinais de articulação ou apoios textuais, e pela realização de atividades específicas de formulação ou construção textual. Trata-se do conhecimento sobre os vários tipos de ações lingüísticas que permitem, de certa forma, ao locutor assegurar a compreensão do texto e conseguir a aceitação, pelo parceiro, dos objetivos com que é produzido, monitorando com elas o fluxo verbal (cf. Motsch & Pasch, 1985).

O conhecimento superestrutural, isto é, sobre estruturas ou modelos textuais globais, permite reconhecer textos como exemplares de determinado gênero ou tipo; envolve, também, conhecimentos sobre as macrocategorias ou unidades globais que distinguem os vários tipos de textos, sobre a sua ordenação ou seqüenciação, bem como sobre a conexão entre objetivos, bases proposicionais e estruturas textuais globais.

Heinemann & Viehweger (1991) salientam que, a cada um desses sistemas de conhecimento, corresponde um conhecimento específico sobre como colocá-lo em prática, ou seja, um conhecimento de tipo procedural, isto é, dos procedimentos ou rotinas por meio dos quais esses sistemas de conhecimento se atualizam quando do processamento textual. Este conhecimento funciona como uma espécie de "sistema de controle" dos demais sistemas, no sentido de adaptá-los ou adequá-los às necessidades dos interlocutores no momento da interação.

34 Tal conhecimento engloba, também, o saber sobre as práticas peculiares ao meio sociocultural em que vivem os interactantes, bem como o domínio das estratégias de interação, como preservação das faces, representação positiva do "self", polidez, negociação, atribuição de causas a mal-entendidos ou fracassos na comunicação, entre outras. Concretiza-se através de estratégias de processamento textual.

ESTRATÉGIAS DE PROCESSAMENTO TEXTUAL

As estratégias de processamento textual implicam, portanto, a mobilização "on-line" dos diversos sistemas de conhecimento. Para efeito de exposição, vou dividi-las em **cognitivas, textuais e sociointeracionais**.

Estratégias cognitivas

Na acepção de Van Dijk & Kintsch (1983: 65), o processamento cognitivo de um texto consiste de diferentes estratégias processuais, entendendo-se estratégia como "uma instrução global para cada escolha a ser feita no curso da ação". Tais estratégias consistem em hipóteses operacionais eficazes sobre a

estrutura e o significado de um fragmento de texto ou de um texto inteiro. Elas fazem parte do nosso conhecimento geral, representando o conhecimento procedural que possuímos sobre compreensão de discurso. Falar em processamento estratégico significa dizer que os usuários da língua realizam simultaneamente em vários níveis passos interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis, tentativos e extremamente rápidos; fazem pequenos cortes no material "entrante" (*incoming*), podendo utilizar somente informação ainda incompleta para chegar a uma (hipótese de) interpretação. Em outras palavras, a informação é processada *on-line*.

Assim, a análise estratégica depende não só de características textuais, como também de características dos usuários da língua, tais como seus objetivos, convicções e conhecimento de mundo, quer se trate de conhecimento de tipo episódico, quer do conhecimento mais geral e abstrato, representado na memória semântica ou enciclopédica. Desta forma, as estratégias cognitivas consistem em *estratégias de uso* do conhecimento. E esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes, o que torna possível, no momento da compreensão, reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou mesmo não desejados pelo produtor.

Van Dijk & Kintsch citam, entre as estratégias de processamento cognitivo, as estratégias proposicionais, as de coerência local, as macroestratégias, as estratégias esquemáticas, as estilísticas, as retóricas, as não-verbais e as conversacionais. Não cabe aqui aprofundar essas questões, para o que remeto ao trabalho desses autores.

Pode-se dizer, portanto, que as estratégias cognitivas, em sentido restrito, são aquelas que consistem na execução de algum “cálculo mental” por parte dos interlocutores. Exemplo prototípico são as inferências, que, como já foi dito, permitem gerar informação semântica nova a partir daquela dada, em certo contexto. Sendo a informação dos diversos níveis apenas em parte explicitada no texto, ficando a maior parte implícita, as inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explicitada no texto.

As inferências são estratégias cognitivas comuns à modalidade escrita e falada. Existem, contudo, estratégias específicas da fala, como aquelas que venho denominando “estratégias de desaceleração” (cf. Koch & Souza e Silva, 1994), algumas das quais, como, por exemplo, as pausas de planejamento, têm por função ganhar tempo para o processamento por ocasião da produção textual.

As estratégias de ordem cognitiva têm, assim, a função de permitir ou facilitar o processamento textual, quer em termos de produção, quer em termos de compreensão. As estratégias interacionais, por sua vez, visam a fazer com que os jogos de linguagem transcorram sem problemas, evitando o fracasso da interação.

Estratégias sócio-interacionais

Estratégias interacionais são estratégias socioculturalmente determinadas que visam a estabelecer, manter e levar a bom ter-

mo uma interação verbal. Entre elas, podem-se mencionar, além daquelas relativas à realização dos diversos tipos de atos de fala, as estratégias de preservação das faces (“facework”) e/ou de representação positiva do “self”, que envolvem o uso das *formas de atenuação*, as estratégias de polidez, de negociação, de atribuição de causas aos mal-entendidos, entre outras.

A *estratégia de preservação das faces* manifesta-se linguisticamente através de atos preparatórios, eufemismos, rodeios, mudanças de tópico e dos marcadores de atenuação em geral. O *grau de polidez* é socialmente determinado, em geral com base nos papéis sociais desempenhados pelos participantes, na necessidade de resguardar a própria face ou a do parceiro, ou, ainda, condicionado por normas culturais.

Conflitos, mal-entendidos, situações que desencadeiam incompreensão mútua são inevitáveis no intercâmbio lingüístico. Para restabelecer a “commonality”, faz-se preciso, então, que as dificuldades sejam devidamente identificadas e *atribuídas a possíveis causas* subjacentes ao conflito. Como conseqüência da atribuição (adequada ou inadequada) de causas às dificuldades, os contratos subjacentes necessitam ser, muitas vezes, modificados, ou então, novos contratos devem ser estabelecidos para prevenir futuros problemas do mesmo tipo. Além disso, toda interação envolve a *negociação* de uma definição da própria situação e das normas que a governam. Na verdade, todos os aspectos da situação relativos aos participantes estão sujeitos à negociação. Isso vai resultar numa construção social da realidade, já que, sendo a realidade social e constituída no processo contínuo de interpretação e interação, os seus vários aspectos podem ser considerados e (re)negociados de forma explícita ou implícita.

Portanto, as estratégias interacionais visam a levar a bom termo um “jogo de linguagem”. As estratégias textuais, por seu

turno – que, obviamente não deixam de ser também interacionais e cognitivas em sentido lato –, dizem respeito às escolhas textuais que os interlocutores realizam, desempenhando diferentes funções e tendo em vista a produção de determinados sentidos.

Estratégias textuais

1. De organização da informação.
2. De formulação.
3. De referenciação.
- 38 4. De “balanceamento” (“calibragem”) entre **explícito e implícito**.

1. **Estratégias de organização da informação** – dizem respeito à distribuição do material lingüístico na superfície textual.

- dado/novo

Conforme já foi ressaltado no Capítulo 2, a estrutura informacional de um texto exige a presença de elementos **dados** e elementos **novos**. É com base na informação dada, responsável pela locação do que vai ser dito no espaço cognitivo do interlocutor, que se introduz a informação nova, que tem por função introduzir nele novas predicções a respeito de determinados referentes, com o objetivo de ampliar e/ou reformular os conhecimentos já estocados a respeito deles.

- estratégias de articulação tema-rema

Em termos da articulação tema-rema, particularmente na linguagem falada, tem-se uma série de padrões expressivos em

que se pode falar de **segmentação** (cf. cap. 3 da Parte II). Nestes, a integração sintática reduzida ou mesmo inexistente resulta da possibilidade que tem o falante de introduzir de imediato um elemento temático ou remático, sem que a relação sintática com o(s) subsequente(s) já esteja plenamente planejada (Koch, 1995). Além do aspecto do planejamento, outros parâmetros da interação face-a-face desempenham aqui papel relevante: a rápida alternância dos turnos, a expressividade, a inserção na situação comunicativa, entre outros.

2. **Estratégias de formulação** – têm funções de ordem cognitiva-interacional. Entre tais estratégias, podem citar-se os vários tipos de *inserção* e de *reformulação* (cf. cap. 2 da Parte II).

As inserções têm, em geral, a função de facilitar a compreensão dos interlocutores, criando coordenadas para o estabelecimento de uma estrutura referencial, de modo que o material inserido não é supérfluo, isto é, não é eliminável sem prejuízo para a compreensão. Por meio da inserção, introduzem-se explicações ou justificativas, apresentam-se ilustrações ou exemplificações, fazem-se comentários metaformativos que têm, muitas vezes, a função de melhor organizar o mundo textual. A inserção pode ter, também, a função de despertar ou manter o interesse dos parceiros, como no caso da introdução de questões retóricas (recurso persuasivo) e/ou criar uma atmosfera de intimidade ou cumplicidade, como acontece no caso da introdução de comentários jocosos ou alusivos a convicções, crenças e opiniões partilhadas pelos interlocutores. Pode, ainda, servir de suporte a uma argumentação em curso e/ou expressar a atitude do locutor perante o dito, introduzindo, por exemplo, atenuações, ressalvas, avaliações.

Quanto às estratégias de reformulação, postulamos que podem ser retóricas ou saneadoras. A reformulação retórica rea-

liza-se, basicamente, através de repetições e parafraseamentos, cuja função precípua é a de reforçar a argumentação, sendo, nesse caso, comum às modalidades escrita e oral. Pode ter, também, a função de facilitar a compreensão através da desaceleração do ritmo da fala, dando ao(s) parceiro(s) tempo maior para o processamento do que está sendo dito (cf. Capítulo 4 da Parte II).

40 A reformulação saneadora, por sua vez, pode ocorrer sob forma de correções ou reparos, e também de repetições e parafrases, todas elas com função de solucionar imediatamente após a verbalização de um segmento, dificuldades nele detectadas pelo próprio falante ou pelos parceiros, podendo, assim, ser auto – ou heterocondicionada.

3. **Estratégias de referenciação** – a reativação de referentes no texto é realizada através de estratégias de referenciação anafórica (Koch, 1987 e 1989 e outros), formando-se, desta maneira, cadeias coesivas mais ou menos longas. Aquelas que retomam referentes principais ou temáticos (por exemplo, protagonista e antagonista, na narrativa; ser que é objeto de uma descrição; tema de uma discussão, em textos opinativos) percorrem em geral o texto inteiro.

Como será detalhado no Capítulo 4, esse tipo de remissão pode ser efetuado por meio de recursos de ordem “gramatical” ou por intermédio de recursos de natureza lexical, como sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, descrições definidas; ou, ainda, por reiteração de um mesmo grupo nominal ou parte dele; e, finalmente, por meio da elipse.

Por vezes, a (re)ativação de referentes, a partir de “pistas” expressas no texto, se dá via inferenciação. Pode-se inferir, por exemplo, o todo a partir de uma ou de algumas partes; um conjunto a partir de um ou mais subconjuntos; enfim, conhecimen-

tos que fazem parte de um mesmo “frame” ou “script”, a partir de um ou vários de seus elementos explícitos na superfície textual. Eis alguns exemplos:

- (1) *Mãos* finas e delicadas teciam as mais graciosas rendas, enquanto *olhos e lábios* pareciam sorrir suavemente.
- (2) Jorge foi atacado pelo enorme cão policial. *Eles* são realmente animais muito perigosos.
- (3) Ao ser abordada pelo assaltante, a bolsa da jovem abriu-se, e seus pertences espalharam-se pela calçada. *O lenço, o baton, o pente* rolaram para o meio da rua.

Há, também, a remissão para a frente – catáfora – que se realiza preferencialmente através de pronomes demonstrativos ou indefinidos neutros (isto, isso, aquilo, tudo, nada) ou de nomes genéricos, mas também por meio das demais espécies de pronomes, de numerais e de advérbios pronominais.

- (4) O incêndio havia destruído *tudo*: casas, móveis, plantações.

Uma das formas de ativar ou reativar referentes são expressões nominais definidas, ou seja, as descrições definidas do referente. Ora, o uso de uma expressão definida implica sempre na escolha dentre as propriedades ou qualidades que caracterizam o referente, escolha, escolha esta que será feita de acordo com aquelas propriedades ou qualidades que, em dadas situações de interação, em função dos propósitos a serem atingidos, o produtor do texto tem interesse em ressaltar, ou mesmo tornar conhecidas de seu(s) interlocutor(es). Veja-se, por exemplo, a diferença entre (14) e (15):

- (14) Collor preocupa-se em manter a forma. *O presidente exercita-se todos os dias.*
- (15) Collor preocupa-se em manter a forma. *O nosso Indiana Jones exercita-se todos os dias.*

Como se vê, a escolha das descrições definidas pode trazer ao interlocutor informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido. Por outro lado, o locutor pode também, através do uso de uma descrição definida, dar a conhecer ao interlocutor dados que acredita desconhecidos deste, relativamente ao referente textual, com os mais variados propósitos; ou ainda categorizar, classificar, resumir a informação previamente apresentada de uma certa maneira: a hipótese, a cena, a tragédia etc.

42 4. Estratégias de “balanceamento” do explícito/implícito – relações entre informação textualmente expressa e conhecimentos prévios, pressupostos como partilhados, podem também ser estabelecidas por meio de estratégias de “sinalização” textual, por meio das quais o interlocutor, por ocasião do processamento textual, é levado a recorrer ao contexto sociocognitivo (situação comunicativa, “scripts” sociais, conhecimentos intertextuais, e assim por diante).

Visto que não podem existir textos totalmente explícitos, o produtor de um texto precisa proceder ao “balanceamento” do que necessita ser explicitado textualmente e do que pode permanecer implícito, por ser recuperável via inferência a partir das marcas ou pistas que o locutor coloca no texto ou do que é suposto por este como conhecimento partilhado com o interlocutor (cf. Nystrand & Wiemelt, 1991; Marcuschi, 1994). Na verdade, é este o grande segredo do locutor competente.

A necessidade de recorrer aos sistemas de conhecimento e às estratégias aqui parcialmente descritas, por ocasião do processamento textual, permite constatar a grande complexidade do processo de construção de um texto e a gama de atividades de ordem sociocognitiva que se realizam com vistas à produção de sentidos.

A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NO TEXTO: COESÃO E COERÊNCIA

Em muitos anos de reflexões sobre os fenômenos textuais da coesão e da coerência, tenho-me perguntado com frequência sobre as fronteiras entre ambos. Sou de opinião que se trata de fenômenos distintos, conforme defendi em diversos trabalhos sobre a questão (Koch, 1984, 1985, 1989a, 1989b, 1990, entre outros), em concordância com a maioria dos autores que trabalham atualmente nesse campo (Beaugrande & Dressler, Charolles, Heinemann & Viehweger, Van Dijk, para citar apenas alguns).

É preciso considerar, contudo, que existem zonas mais ou menos amplas de imbricação entre eles, nas quais se torna extremamente difícil ou mesmo impossível estabelecer uma separação nítida entre um e outro fenômeno.

Pretendo, portanto, aprofundar um pouco mais essa reflexão.

A COESÃO TEXTUAL

Podemos conceituar a coesão como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também lingüísticos, formando seqüências veiculadoras de sentidos.

Segundo Marcuschi (1983), os fatores de coesão são aqueles que dão conta da seqüenciação superficial do texto, isto é, os mecanismos formais de uma língua que permitem estabelecer, entre os elementos lingüísticos do texto, relações de sentido.

Tenho considerado em meus trabalhos duas grandes modalidades de coesão: a remissão e a seqüenciação. Gostaria de proceder, aqui, a uma revisão dessa classificação.

A coesão, por remissão pode, no meu entender, desempenhar quer a função de (re)ativação de referentes, quer a de "sinalização" textual.

46 A reativação de referentes no texto é realizada por meio da referenciação anafórica ou catafórica, formando-se, deste modo, cadeias coesivas mais ou menos longas. Aquelas que retomam referentes principais ou temáticos (por exemplo, protagonista e antagonista, na narrativa; ser que é objeto de uma descrição; tema de uma discussão, em textos opinativos) percorrem em geral o texto inteiro.

Esse tipo de remissão pode ser efetuado, como foi mencionado no capítulo anterior, por meio de recursos de ordem "gramatical" – pronomes pessoais de terceira pessoa (retos e oblíquos) e os demais pronomes (possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), os diversos tipos de numerais, advérbios pronominais (como *aqui, aí, lá, ali*) e artigos definidos; ou por intermédio de recursos de natureza lexical, como sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, descrições definidas; ou, ainda, por reiteração de um mesmo grupo nominal ou parte dele; e, finalmente, por meio da elipse.

Observem-se os exemplos:

- (1) A jovem acordou sobressaltada. *Ela* não conseguia lembrar-se do que havia acontecido e como fora parar ali.

- (2) Márcia olhou em torno de si. *Seus* pais e *seus* irmãos observavam-na com carinho.
- (3) Acorreram ao local muitos curiosos. *Alguns* trepavam nas árvores para enxergar melhor.
- (4) O concurso selecionará os melhores candidatos. *O primeiro* deverá desempenhar o papel principal na nova peça.
- (5) O juiz olhou para o auditório. *Ali* estavam os parentes e amigos do réu, aguardando ansiosos o veredito final.
- (6) Um policial que segurava uma arma aproximou-se do desconhecido. O estranho, ao ver *o policial*, lançou-se a *seus* pés.

Muitas vezes, a (re)ativação de referentes, a partir de "pistas" expressas no texto, se dá via inferenciação. Pode-se inferir, por exemplo, o todo a partir de uma ou de algumas partes; um conjunto a partir de um ou mais subconjuntos, o gênero ou espécie a partir de um indivíduo; enfim, conhecimentos que fazem parte de um mesmo "frame" ou "script", a partir de um ou vários de seus elementos explícitos na superfície textual ou vice-versa. Eis alguns exemplos:

- (7) O aposento estava abandonado. *As vidraças* quebradas deixavam entrar o vento e a chuva.
- (8) A baleia azul é um animal em vias de extinção. *Elas* ainda são encontradas em algumas regiões do globo.
- (9) Chamaram-me a atenção os lábios vermelhos, os olhos profundamente azuis, as sobrancelhas bem desenhadas, o nariz fino, a tez morena. Nunca iria esquecer aquele *rosto!*

A remissão para a frente – catafóra – realiza-se preferencialmente através de pronomes demonstrativos ou indefinidos neutros (isto, isso, aquilo, tudo, nada) ou de nomes genéricos, mas

também por meio das demais espécies de pronomes, de numerais e de advérbios pronominais. Seriam exemplos de remissão catafórica:

- (10) O incêndio havia destruído *tudo*: casas, móveis, plantações.
- (11) Desejo somente *isto*: que me dêem a oportunidade de me defender das acusações injustas.
- (12) O enfermo esperava *uma coisa* apenas: o alívio de seus sofrimentos.
- (13) *Ele* era tão bom, o presidente assassinado!

48

A "sinalização textual", por sua vez, tem a função básica de organizar o texto, fornecendo ao interlocutor "apoios" para o processamento textual, através de "orientações" ou indicações para cima, para baixo (no texto escrito), para a frente e para trás, ou, ainda, estabelecendo uma ordenação entre segmentos textuais ou partes do texto. Vejamos alguns exemplos:

- (14) As evidências *abaixo* comprovam esta afirmação: a. —; b. —; c. —.
- (15) Como foi mencionado *acima*, postulo a existência de duas grandes modalidades de coesão.
- (16) *Mais adiante*, voltarei a essa questão.
- (17) Na seção anterior, tratei da origem do termo; *a seguir*, abordarei sua evolução semântica.

Entre os casos de "apontamento" para trás, poder-se-iam incluir aqueles tipos de remissão com função "distributiva", como em:

- (18) Paulo, José e Pedro deverão formar duplas com Lúcia, Mariana e Renata, *respectivamente*.

Sou de opinião que, nesses casos de "sinalização", seria mais adequado falar de "dêixis textual", como tem postulado, entre outros, K. Ehlich. Isto é, não se trataria aqui de relações de referência ou correferência, mas antes de "mostração" dêitica no interior do próprio texto.

Segundo Ehlich (1981), as expressões dêiticas permitem ao falante obter uma organização da atenção comum dos interlocutores com referência ao conteúdo da mensagem. Para consegui-lo, o produtor do texto tem necessidade de focalizar a atenção do parceiro sobre objetos, entidades e dimensões de que se serve em sua atividade lingüística. Assim sendo, o procedimento dêitico constitui o instrumento para dirigir a focalização do ouvinte em direção a um item específico, que faz parte de um domínio de acessibilidade comum — o espaço dêitico. Na comunicação cotidiana simples, esse espaço dêitico é o próprio espaço da atividade de fala, isto é, a situação de interação. Os procedimentos dêiticos atualizam-se através do uso de expressões dêiticas. Como as atividades de orientação dêitica são atividades sobretudo mentais, o uso de expressões dêiticas em procedimentos dêiticos constitui uma atividade verbal com fins cognitivos e, quando bem sucedida, com conseqüências de ordem cognitiva para o interlocutor.

Embora, evidentemente, o domínio da fala seja o domínio dêitico por excelência, e as expressões dêiticas estejam geralmente ligadas a fenômenos diretamente visíveis para os interlocutores, isto é, que se encontrem no seu campo perceptual/sensorial, Ehlich assinala que, se levarmos em consideração o "tempo" como uma dessas dimensões, mesmo no domínio da fala, essa dimensão se estenderá além dos limites da percepção sensorial direta, ou seja, o quadro de referência compartilhado será em si mesmo uma estrutura mental comum a ambos: quando, por exemplo, o falante usa uma expressão como

49

“agora”, faz uso de um sistema de conhecimentos que pressupõe partilhado com seu interlocutor.

Partindo dessa constatação, o autor defende a posição de que a dêixis relativa ao domínio da fala é apenas um caso específico do procedimento dêitico. Desse modo, o procedimento dêitico deve ser estudado de maneira global, de forma a tornar evidente que há um forte envolvimento de sistemas mentais, sistemas de conhecimento e de análise da realidade comuns, partilhados pelos interlocutores, possibilitando, destarte, a economia comunicativa através do uso das expressões dêiticas.

50 Concentrando seu estudo no que chama de “dêixis textual”, procura contrapô-la à noção de anáfora, ao contrário do que se encontra na maior parte da literatura, na qual geralmente a segunda engloba os fatos característicos da primeira: ou seja, a dêixis textual não tem sido considerada uma dêixis propriamente dita, mas sim descrita apenas como um uso anafórico ou catafórico específico, em virtude da concepção sensório-perceptual da dêixis dominante entre os estudiosos da questão.

Isto é: a remissão no interior do texto tem sido vista geralmente como um fenômeno de referência endofórica (cf. Halliday & Hasan, 1976). Distingue-se, por vezes, entre anáfora e catafóra, outras vezes, incluem-se todos os tipos de remissão sob a designação genérica de anáfora, em contraposição à dêixis, que constituiria apenas a remissão a elementos exteriores ao texto (exófora, para Halliday). Há outros autores que, por seu turno, englobam a anáfora no domínio geral da dêixis, ou seja, pensam a anáfora como parte do fenômeno global de remissão, de modo que tal conceito acaba por abranger fatos bastante díspares em termos de seu funcionamento. São vistos como anafóricos não só os elementos do texto que remetem a sintagmas ou a um ou alguns constituintes de um sintagma, como os que remetem a porções inteiras, maiores ou

menores, do texto antecedente ou subsequente. Incluem-se, também, na noção de anáfora, além dos elementos que fazem remissão a outros expressos no texto, os que remetem a elementos do universo cognitivo dos interlocutores, desde que ativados por alguma expressão do texto. De minha parte, considero interessante proceder à distinção sugerida por Ehlich, entre anáfora e dêixis textual, por razões como as seguintes, entre outras:

1. A anáfora estabelece uma relação de correfêrencia ou, no mínimo, de referência, entre elementos presentes no texto ou recuperáveis através de inferenciação; ao passo que a dêixis textual aponta, de forma indicial, para segmentos maiores ou menores do co-texto, com o objetivo de focalizar neles a atenção do interlocutor.
2. Nos casos de anáfora tem-se, com frequência, instruções de congruência (concordância), o que raramente acontece na dêixis textual, efetuada em geral por meio de formas neutras e de advérbios ou expressões adverbiais, portanto invariáveis.
3. Através da remissão anafórica, estabelecem-se no texto cadeias coesivas ou referenciais, o que não ocorre nos casos de dêixis textual.

Quanto à catafóra, parece-me que fica a meio caminho entre os dois fenômenos: se há casos de remissão referencial, como (13), exemplos como (10), (11), (12), bem como (19) e (20) a seguir podem ser considerados como casos de dêixis textual:

- (19) Observem bem *isto*: não lhes parece um tanto estranho?
- (20) Não estava habituado a *coisas como estas*: ser servido, receber atenções e homenagens.

A coesão seqüenciadora, por seu turno, é aquela através da qual se faz o texto avançar, garantindo-se, porém, a continuidade dos sentidos.

O seqüenciamento de elementos textuais pode ocorrer de forma direta, sem retornos ou recorrências; ou podem ocorrer na progressão do texto recorrências das mais diversas ordens: de termos ou expressões, de estruturas (paralelismo), de conteúdos semânticos (paráfrase), de elementos fonológicos ou prosódicos (similicadência, rima, aliteração, assonância) e de tempos verbais. Em Koch (1989a), discutido em maior profundidade essas questões.

52 Entre os recursos responsáveis pelo seqüenciamento textual, estão a seleção dos campos lexicais a serem ativados no texto (contigüidade, conforme Halliday & Hasan) e o inter-relacionamento que se estabelece entre dois ou mais campos com vista à obtenção de determinados efeitos de sentido, os diversos tipos de articulação tema-remata e o encadeamento ou conexão (*connectedness*, *connexité*), também estudados em Koch (1989a).

Alguns desses fenômenos serão retomados mais adiante em nossa discussão.

A COERÊNCIA

A coerência diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.

A coerência, portanto, longe de constituir mera qualidade ou propriedade do texto, é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional (cf. Koch & Travaglia, 1989 e 1990).

Se, porém, é verdade que a coerência não está no texto, é verdade também que ela deve ser construída a partir dele, levando-se, pois, em conta os recursos coesivos presentes na superfície textual, que funcionam como pistas ou chaves para orientar o interlocutor na construção do sentido. Para que se estabeleçam as relações adequadas entre tais elementos e o conhecimento de mundo (enciclopédico), o conhecimento socioculturalmente partilhado entre os interlocutores, e as práticas sociais postas em ação no curso da interação, torna-se necessário, na grande maioria dos casos, proceder a um cálculo, recorrendo-se a estratégias interpretativas, como as inferências e outras estratégias de negociação do sentido.

A coerência se estabelece em diversos níveis: sintático, semântico, temático, estilístico, ilocucional, concorrendo todos eles para a construção da coerência global. Assim, há autores que distinguem entre a coerência local (isto é, aquela que ocorre em um desses níveis, sobretudo no sintático) e a coerência global do texto (cf. Charolles, 1978; Van Dijk, 1981 e 1990, entre outros).

ZONAS DE INTERSECÇÃO

Defendo a posição de que, sempre que se faz necessário algum tipo de cálculo a partir dos elementos expressos no texto – como acontece na absoluta maioria dos casos – já se está no campo da coerência. Ora, como já indiquei acima e procurarei detalhar a seguir, é bastante comum, para se interpretarem adequadamente as relações coesivas que o texto sugere, que sejamos obrigados a efetuar determinados cálculos quanto ao sentido possível dessas relações. É nesses momentos, portanto, que se obliteram os limites nítidos entre coesão e coerência.

Passo a examinar alguns desses casos:

54 **1. Anáfora semântica, mediata ou profunda** – conforme mencionei anteriormente, é preciso, em tal situação, “extrair” o referente da forma referencial de modelos (“frames”, “scripts”, “cenários”) armazenados na memória, ou seja, de conhecimentos que constituem nosso “horizonte de consciência”. Como afirma Webber (1980), a relação entre situação discursiva ou externa, de um lado, e os referentes da anáfora, de outro, é indireta, mediada pelos modelos dos participantes, de modo que escolher entre os possíveis antecedentes de uma forma anafórica pode, pois, demandar habilidades sintáticas, cognitivas, pragmáticas, inferenciais e avaliativas muito sofisticadas da parte do interlocutor.

Assim, em exemplos como (7), (8) e (9), como em um grande número de outros casos, há necessidade de introduzir contextualmente determinadas entidades, através do conhecimento de mundo partilhado entre os interlocutores.

2. A forma como é feita a remissão, isto é, a construção das cadeias coesivas – a escolha dos elementos lingüísticos usados para fazer a remissão, o tom e o estilo podem constituir índices valiosos das atitudes, crenças e convicções do produtor do texto, bem como do modo como ele gostaria que o referente fosse visto pelos parceiros. Remissões por meio de formas diminutivas, por exemplo, podem revelar o carinho ou a empatia do produtor pelo referente; ou, dependendo do tom e, na fala, de certas marcas prosódicas, expressões fisionômicas, gestos etc., uma atitude pejorativa permitindo, assim, aos interlocutores depreender a orientação argumentativa que o produtor pretende imprimir ao seu discurso.

3. Referência por meio de expressões definidas – uma das formas de fazer a remissão são justamente as expressões nominais definidas, ou seja, as descrições definidas do referente. Ora, o uso

de uma expressão definida implica sempre uma escolha dentre as propriedades ou qualidades que caracterizam o referente, escolha esta que será feita de acordo com aquelas propriedades ou qualidades que, em dada situação de interação, em função dos propósitos a serem atingidos, o produtor do texto tem interesse em ressaltar, ou mesmo tornar conhecidas de seu(s) interlocutor(es). Veja-se, por exemplo, a diferença entre (21) e (22):

(21) Reagan perdeu a batalha no Congresso. *O presidente americano* não tem tido grande sucesso ultimamente em suas negociações com o Parlamento.

(22) Reagan perdeu a batalha no Congresso. *O cowboy do faroeste americano* não tem tido grande sucesso em suas negociações com o Parlamento.

Como se vê, a escolha das descrições definidas pode trazer ao interlocutor informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido. Por outro lado, o locutor pode também, através da descrição definida, dar a conhecer ao interlocutor dados que acredita desconhecidos deste, relativamente ao referente textual, com os mais variados propósitos. Veja-se, por exemplo (20), em que, na verdade, o que o locutor faz é anunciar ao(s) parceiro(s) que Pedro é agora namorado da irmã, ou, então, que ela mudou de namorado:

(20) Pedro não foi classificado no concurso. *O novo namorado de minha irmã* não anda realmente com muita sorte.

4. A seleção dos campos lexicais e a seleção lexical de modo geral – pelo que foi dito anteriormente, já se pode deduzir a importância da seleção lexical na construção do sentido. O uso

de fórmulas de endereçamento, de dada variante da língua, de gírias ou jargões profissionais, de determinado tipo de adjetivação, de termos diminutivos ou pejorativos fornece aos parceiros pistas valiosas para a interpretação do texto e a captação dos propósitos com que é produzido.

56 Também a ativação de determinados campos lexicais – que são a contraparte lingüística dos modelos cognitivos – tem sua influência no cálculo do sentido. Além disso, o inter-relacionamento de dois ou mais campos lexicais permite a produção de novos sentidos, nem sempre claramente explicitados, e que, portanto, cabe ao interlocutor reconstruir (veja-se, também, Koch, 1984).

5. Ambigüidade referencial – sempre que ocorre no texto a ambigüidade referencial, isto é, quando surgem vários candidatos possíveis a referentes de uma forma remissiva, torna-se necessário proceder a um cálculo para a identificação do referente adequado.

Tal cálculo terá de levar em conta não só as possíveis instruções de congruência dadas pela forma remissiva, como também todo o contexto, ou seja, as predicções feitas tanto sobre a forma remissiva, como sobre os eventuais referentes, para só então proceder-se ao “casamento” entre a forma referencial ambígua e o referente considerado adequado. Para tanto, torna-se preciso recorrer ao nosso conhecimento de mundo e do contexto sociocultural em que nos encontramos inseridos, além de outros critérios como saliência temática e recência (*recency*), por exemplo.

6. Encadeamentos por justaposição – quando se encadeiam enunciados por mera justaposição, sem a explicitação da relação que se deseja estabelecer entre eles por meio de sinais de articulação (conectores, termos de relação, partículas de transi-

ção entre segmentos textuais), cabe ao interlocutor, com base em seus conhecimentos lingüísticos e enciclopédicos, suprir essa falta, “repondo” mentalmente a marca faltante, como se pode ver em (23) e (24):

- (23) Não desejava ser vista por ninguém. Estava suja, cabelos em desalinho, o rosto banhado de lágrimas. Poderiam imaginar coisas a seu respeito. Não queria pôr a perder a boa imagem que tinham dela.
- (24) Olhar fixo no horizonte. Apenas o mar imenso. Nenhum sinal de vida humana. Tentativa desesperada de recordar alguma coisa. Nada.

57

É interessante notar que o interlocutor, em geral, não tem dificuldade em reconstruir a conexão faltante pelo recurso a processos cognitivos como, por exemplo, a ativação de *frames*, a partir dos elementos que se encontram expressos na superfície textual.

Outros casos existem, os quais exigem dos interlocutores o recurso a processos e estratégias de ordem cognitiva para procederem ao “cálculo” do sentido. Os que foram aqui apresentados servem apenas como exemplificação.

Por tudo o que foi discutido, deve ter ficado patente que, embora coesão e coerência constituam fenômenos diferentes, opera-se, muitas vezes, uma imbricação entre eles por ocasião do processamento textual.

Não há dúvida de que a presença de recursos coesivos em um texto não é condição nem suficiente, nem necessária da coerência. A coesão, inclusive, em alguns tipos de texto, é não só dispensável, como seria até mesmo de estranhar – veja-se o caso de certos textos poéticos modernos, quer em prosa, quer em verso. Ressalte-se, porém, que, em muitos outros (textos didáticos,

jornalísticos, jurídicos, científicos, por exemplo), sua presença se torna altamente desejável, visto que, nestes casos, ela permite aumentar a legibilidade e garantir uma interpretação mais uniforme.

Portanto, nos textos em que a coesão está presente – já que ela não é condição nem necessária, nem suficiente da coerência –, pode-se afirmar que ambas passam a constituir as duas faces de uma mesma moeda, ou então, para usar de uma outra metáfora, o verso e o reverso desse complexo fenômeno que é o texto.

58

A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS NO TEXTO: INTERTEXTUALIDADE E POLIFONIA

Pretendo, neste capítulo, proceder a uma reflexão sobre os conceitos tão freqüentes na literatura lingüística contemporânea de intertextualidade e polifonia, com o intuito, inclusive, de verificar, através da determinação das características e do âmbito de abrangência que lhes têm sido atribuídos, se designam um só fenômeno; ou, não sendo esse o caso, como seria possível distinguir entre um e outro. Tratarei, em primeiro lugar, da intertextualidade.

59

INTERTEXTUALIDADE

Começo citando Barthes (1974): “O texto redistribui a língua. Uma das vias dessa reconstrução é a de permutar textos, fragmentos de textos, que existiram ou existem ao redor do texto considerado, e, por fim, dentro dele mesmo; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis”.

Isso significa que todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe. Foi essa a razão que levou Beaugrand & Dressler (1981) a apontarem, como um dos padrões ou critérios de textualidade, a intertextualidade, que, se-

gundo eles, diz respeito aos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele, de alguma forma, se relaciona. Essas formas de relacionamento entre textos são, como se verá, bastante variadas.

Partirei da distinção que fiz em Koch (1986) entre intertextualidade em sentido amplo e intertextualidade em sentido restrito.

60

Intertextualidade em sentido amplo

A intertextualidade em sentido amplo, condição de existência do próprio discurso, pode ser aproximada do que, sob a perspectiva da Análise do Discurso, se denomina interdiscursividade (ou heterogeneidade constitutiva, segundo Authier, 1982). É nesse sentido que Maingueneau (1976: 39) afirma ser o intertexto um componente decisivo das condições de produção: "um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição". Também Pêcheux (1969) escreve: "Deste modo, dado discurso envia a outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele 'orquestra' os termos principais, ou cujos argumentos destrói. Assim é que o processo discursivo não tem, de direito, um início: o discurso se estabelece sempre sobre um discurso prévio...".

Verón (1980), por sua vez, examina a questão da produção do sentido sob um ângulo sócio-semiológico. Para ele, a pesquisa semiológica deve considerar três dimensões do princípio da intertextualidade: em primeiro lugar, as operações produtoras de sentido são sempre intertextuais no interior de um certo universo discursivo (por exemplo, o cinema); em segundo lugar, o princípio

da intertextualidade é também válido entre universos discursivos diferentes (por exemplo, cinema e televisão); em terceiro lugar, no processo de produção de um discurso, há uma relação intertextual com outros discursos relativamente autônomos que, embora funcionando como momentos ou etapas da produção, não aparecem na superfície do discurso "produzido" ou "terminado". O estudo de tais textos mediadores pode oferecer esclarecimentos fundamentais não só sobre o processo de produção em si, como também sobre o processo de leitura, no nível da recepção. Trata-se, segundo Verón, de uma intertextualidade "profunda", por se tratar de textos que, participando do processo de produção de outros textos, não atingem nunca (ou muito raramente) a consumação social dos discursos.

61

Segundo Verón (1980: 82), a análise semiológica só pode avançar por diferença, isto é, por comparação entre objetos textuais: "Um texto não tem propriedades 'em si': caracteriza-se somente por aquilo que o diferencia de outro texto (...). Por isso, também a noção de intertextualidade não se refere apenas à verificação de um dos aspectos do processo de produção dos discursos, mas também à expressão de uma regra de base do método (...); trabalha-se sempre sobre vários textos, conscientemente ou não, uma vez que as operações na matéria significativa são, por definição, intertextuais".

É também por meio da comparação dos textos produzidos em determinada cultura que se podem detectar as propriedades formais ou estruturais, comuns a determinados gêneros ou tipos (intertextualidade de caráter tipológico), que são armazenadas na memória dos usuários sob a forma de esquemas textuais ou superestruturas (cf., por exemplo, Van Dijk & Kintsch, 1983; Van Dijk, 1983). Tais esquemas, que são socialmente adquiridos, desempenham papel de grande relevância no processamento (produção/intelecção) textual.

Essas são algumas das razões que me levam a concordar com Kristeva (1974:60), quando afirma: "Qualquer texto se constrói como um mosaico de citações e é a absorção e transformação de um outro texto".

Intertextualidade em sentido restrito

Considero intertextualidade em sentido restrito a relação de um texto com outros textos previamente existentes, isto é, efetivamente produzidos. Respaldo-me em Jenny (1979:14):

62 "Propomo-nos a falar de intertextualidade desde que se possa encontrar num texto elementos anteriormente estruturados, para além do lexema, naturalmente, mas seja qual for seu nível de estruturação".

Entre os tipos de intertextualidade em sentido restrito, podem-se considerar os seguintes:

1. De conteúdo X de forma/contéudo (descarto a possibilidade de uma intertextualidade apenas de forma, pois toda forma enforma/emoldura um contéudo).

Ocorre intertextualidade de conteúdo, por exemplo, entre textos científicos de uma mesma área ou corrente do conhecimento, que se servem de conceitos e expressões comuns, já definidos em outros textos daquela área ou corrente; entre matérias de jornais (e da mídia em geral), no mesmo dia ou no período de tempo em que dado assunto é focal; entre diversas matérias de um mesmo jornal sobre tal assunto; entre textos literários de uma mesma escola ou de um mesmo gênero (por exemplo, as epopéias). Tem-se intertextualidade de forma/contéudo, por exemplo,

quando o autor de um texto imita ou parodia, tendo em vista efeitos específicos, estilos, registros ou variedades de língua, como é o caso de textos que reproduzem a linguagem bíblica, a de determinado escritor ou de um dado segmento da sociedade.

2. Explícita X implícita.

A intertextualidade é explícita, quando há citação da fonte do intertexto, como acontece no discurso relatado, nas citações e referências; nos resumos, resenhas e traduções; nas retomadas do texto do parceiro para encadear sobre ele ou questioná-lo, na conversação. A intertextualidade implícita ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto, como nas alusões, na paródia, em certos tipos de paráfrase e de ironia.

3. Das semelhanças X das diferenças (cf. Affonso Romano de Sant'Anna).

Na intertextualidade das semelhanças, o texto incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa e, freqüentemente, para apoiar-se nele a argumentação (por exemplo, na argumentação por autoridade). Maingueneau (1987) fala aqui de valor de captação. Em se tratando de intertextualidade das diferenças, o texto incorpora o intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua improcedência ou, pelo menos, colocá-lo em questão (paródia, ironia, estratégia argumentativa da concessão ou concordância parcial). É o que Maingueneau denomina valor de subversão.

4. Com intertexto alheio, com intertexto próprio ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico.

Alguns autores reservam a denominação de intertextualidade apenas para o primeiro caso, utilizando para o segundo o rótulo de intra ou autotextualidade. Por seu turno, atribuem-se a um enunciador genérico (a que Berrendonner, 1981, chama ON), enunciações que têm por origem um enunciador indeterminado, as quais fazem parte do repertório de uma comunidade, como é o caso dos provérbios e ditos populares. Ao usar-se um provérbio, produz-se uma “enunciação-eco” de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio, cuja verdade é garantida pelo enunciador genérico, representante da opinião geral, da “vox populi”, do saber comum da coletividade.

Todas essas manifestações da intertextualidade permitem apontá-la como fator dos mais relevantes na construção da coerência textual (Koch & Travaglia, 1989).

POLIFONIA

O conceito de polifonia, como se sabe, foi introduzido nas ciências da linguagem por Bahktin (1929), para caracterizar o romance de Dostoiévski. Para Bahktin, o dialogismo é constitutivo da linguagem: “A palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o ‘um’ em relação com o outro. Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertencço. O Eu se constrói constituindo o Eu do Outro e por ele é constituído”.

Ducrot (1980,1984) trouxe o termo para o interior da pragmática lingüística para designar, dentro de uma visão enunciativa do sentido, as diversas perspectivas, pontos de vista

ou posições que se representam nos enunciados. Para ele, o sentido de um enunciado consiste em uma representação (no sentido teatral) de sua enunciação. Nessa cena, movem-se as personagens – figuras do discurso – que se representam em diversos níveis:

- a. locutor – “responsável” pelo enunciado. (Ducrot distingue ainda entre locutor enquanto tal – L – e locutor enquanto pessoa λ).
- b. enunciadorees – encenações de pontos de vista, de perspectivas diferentes no interior do enunciado.

Em Ducrot (1984) consideram-se dois tipos de polifonia:

- a. quando, no mesmo enunciado, se tem mais de um locutor – correspondendo neste caso ao que denominei intertextualidade explícita (discurso relatado, citações, referências, argumentação por autoridade etc.);
- b. quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador, recobrando, em parte, a intertextualidade implícita, sendo, porém, mais ampla: basta que se representem, no mesmo enunciado, perspectivas diferentes, sem a necessidade de utilizar textos efetivamente existentes. Por isso é que Ducrot se refere à encenação (teatral) de enunciadorees – reais ou virtuais – a quem é atribuída a responsabilidade da posição expressa no enunciado ou segmento dele. Essa noção de polifonia permite explicar uma gama muito ampla de fenômenos discursivos, que podem ser classificados segundo a atitude de adesão ou não do locutor à perspectiva polifonicamente introduzida.

A. Entre os casos de adesão (L = E1), podem-se mencionar os seguintes:

1. Pressuposição – encenam-se, no caso, dois enunciadores, um primeiro (E1), responsável pelo pressuposto (geralmente o enunciador genérico ON, ou então o grupo a que o locutor e interlocutor pertencem) e o outro (E2), responsável pelo conteúdo posto, com quem o locutor se identifica. Por exemplo:

66

- (1) Mariana continua apaixonada por Rafael.

2. Certos tipos de parafaseamento, nos quais é possível detectar a presença do intertexto. É o caso, por exemplo, de vários textos (Hino Nacional Brasileiro, Canção do Expedicionário etc.) que, de alguma forma, parafaseiam trechos da Canção do Exílio, de Gonçalves Dias.

3. Argumentação por autoridade: quando se encena a voz de um enunciador a partir da qual o locutor, identificando-se com ele, argumenta:

- a. enunciados conclusivos – nos quais se argumenta a partir de uma premissa (maior) polifonicamente introduzida no discurso. Trata-se, em grande número de casos, da voz da sabedoria popular (como quando se argumenta a partir de provérbios e ditos populares), da perspectiva da comunidade ou do grupo a que se pertence, do interlocutor ou dos valores estabelecidos em dada cultura. Vejam-se os exemplos:

- (2) Ele é dessas pessoas desmesuradamente ambiciosas, portanto vai acabar ficando sem nada. (Quem tudo quer, tudo perde).

- (3) Tudo o que o jornalista escreveu é a pura verdade, logo ele não merece ser punido. (Quem diz a verdade não merece castigo).

- b. certos enunciados introduzidos por *não só... mas também*, em que a parte introduzida por *não só* não é apenas de responsabilidade do locutor:

- (4) Vejam nossas ofertas. Temos produtos não só baratos, mas também duráveis. (E1: Uma boa oferta é aquela em que se oferecem produtos baratos).

- c. certos enunciados em que ocorre o uso “metafórico” do futuro do pretérito (cf. Weinrich, 1964), em que se introduz a voz a partir da qual se argumenta, mas cuja responsabilidade não se assume, uso atestado com frequência na linguagem jornalística:

- (5) Novas reformas estariam sendo cogitadas pelo governo. Já é tempo mesmo de pôr as mãos na massa.

- d. enunciados introduzidos pelas expressões *parece que, segundo X* etc., aos quais se encadeia um posicionamento pessoal:

- (6) Parece que vamos ter uma mudança na política econômica. Há muito tempo ela estava se fazendo necessária.

B. Passemos agora aos casos em que o locutor não adere à perspectiva polifonicamente introduzida.

67

1. Negação – Ducrot (1984) distingue a negação meta-lingüística da negação polêmica (ambas polifônicas). A primeira visa a atingir o próprio locutor do enunciado oposto, do qual se contradizem os pressupostos, como em (7):

- (7) L₁: Pedro deixou de beber (E₁ = Pedro bebia)
L₂: Pedro não deixou de beber, ele nunca bebeu (L = E₂)

68 Na segunda, encenam-se dois enunciadores: E₁, que produz o enunciado afirmativo e E₂ = L, que o contradiz, como em (8):

- (8) Pedro não é trabalhador; ele é até bem preguiçoso. (L = E₂)
(E₁ = Pedro é trabalhador)

2. Enunciados introduzidos por *ao contrário*, *pelo contrário*, que não se opõem ao segmento anteriormente expresso, que tem a mesma orientação argumentativa, mas à perspectiva do enunciador E₁, polifonicamente introduzida, como se pode verificar no exemplo:

- (9) Luísa não é uma amiga leal; pelo contrário, tem-se demonstrado pouco confiável.
(E₁ = Luísa é uma amiga leal)

3. “Aspas de distanciamento” – nesses casos de “aspeamento” (de *conotação autônima*, conforme Authier, 1981), tem-se, simultaneamente, o que se costuma denominar de *uso* e *menção* do termo ou expressão aspeada. Encena-se um primeiro enunciador (E₁), responsável pelo uso do enun-

ciado, expressão ou termo; e um segundo (E₂=L), que menciona, aspeando, o que diz o primeiro, para manter distância, isto é, eximir-se ou diminuir a responsabilidade sobre o que está sendo dito. Por exemplo:

- (10) ...“O regime militar teve a longevidade que teve por causa dessa resignação com ‘o possível’ – uma postura eternizada por Ulysses Guimarães”. (Fernando Rodrigues, “A CPMF e o ‘possível’”, Folha de São Paulo, 16/07/1996, 1 – 2)
- (11) ...”Antigamente nem o policial podia expor sua arma; era obrigado a carregá-la no coldre, presa. Hoje os ‘homens da lei’ exibem como troféus suas escopetas, metralhadoras e fuzis.” (Luiz Caversan, “Não às armas”, Folha de São Paulo, id. Ibid.)

69

Authier distingue diversas funções das aspas nessa operação de distanciamento: *aspas de diferenciação* (para mostrar que nos distinguimos daquele(s) que usa(m) a palavra, que somos “irredutíveis” às palavras mencionadas); *de condescendência* (para assinalar uma palavra que se incorpora “paternalisticamente”, por saber que o interlocutor falaria assim); *pedagógicas* (no discurso de vulgarização científica, que assinalam, freqüentemente, o uso de termos ou expressões vulgares como um passo intermediário para permitir o emprego posterior da palavra “verdadeira”, “correta”, à qual o locutor adere); *de proteção* (para mostrar que as palavras ou expressões usadas não são plenamente apropriadas, que estão sendo empregadas no lugar de outras, constituindo, muitas vezes, metáforas banais); *de ênfase* (de insistência); *de questionamento ofensivo ou irônico* (quanto à propriedade da palavra ou expressão empregada pelo interlocutor por prudência ou por imposição da situação).

4. “*Détournement*” – termo usado por Grésillon & Maingueneau (1984), para designar a alteração (na forma e/ou no conteúdo de provérbios, slogans ou frases feitas, a título lúdico ou militante, com o objetivo de captação ou, mais freqüentemente, de subversão. Trata-se de uma estratégia muito comum na publicidade e bastante freqüente em outras formas de linguagem, como, por exemplo, o humor e a música popular (cf., por exemplo, a música “Bom Conselho”, de Chico Buarque de Hollanda). Também aqui, a voz do enunciador genérico ON é introduzida, representando a sabedoria popular, à qual o locutor adere ou se opõe. Vejam-se os exemplos:

- (12) “Dê um anel xxxx de presente. Lembre-se: Mãos só tem duas”.
(publicidade de uma joalheria por ocasião do Dia das Mães, publicada na Revista Veja)

Observem-se, também, os “*détournements*” do provérbio “Quem vê cara, não vê coração”, extraídos de textos publicitários e citados em Frasson (1991):

- (13) “Quem vê cara, não vê Aids”.
(14) “Quem vê cara não vê falsificação”.
(15) “O Instituto de Cardiologia não vê cara, só vê coração”.

Funcionamento semelhante ao “*détournement*” é o da paródia, em que se altera (adultera) um texto já existente com o objetivo ou apenas de produzir humor ou de desmoralizá-lo ou fazer-lhe oposição.

5. Contrajunção – consiste na introdução da perspectiva de um outro enunciador E1, genérico ou representante de um

grupo ou de um “topos” (cf. Ducrot, 1987), ao qual se opõe o segundo enunciador, com o qual o locutor se identifica (E2 = L). Tem-se aqui, segundo Ducrot, o mecanismo da concessão: acolhe-se no próprio discurso o ponto de vista do Outro (E1), dá-se-lhe uma certa legitimidade, admitindo-o como argumento possível para determinada conclusão, para depois apresentar, como argumento decisivo, a perspectiva contrária. É este o caso de todos os enunciados introduzidos por conectores de tipo adversativo e concessivo.

Como afirma Ducrot, o *mas* constitui o operador argumentativo por excelência, já que os enunciados que contêm *mas* e seus similares, bem como os que contêm operadores do paradigma do *embora*, permitem introduzir, num de seus membros, a perspectiva que não é – ou não é apenas – a do locutor, para, em seguida, contrapor-lhe a perspectiva deste, para a qual o enunciado tende. Seguem alguns exemplos:

- (16) O candidato não é brilhante, mas honesto.
(17) Francisco é inteligente, mas não serve para o cargo.
(18) Devemos ser tolerantes, mas há pessoas que eu não suporto!

Note-se, em (18), que o primeiro membro do enunciado funciona como um atenuador (“*disclaimer*”), por meio do qual o locutor tenta preservar a própria face, procurando mostrar-se conforme o modo de pensar e/ou agir que constitui o ideal da comunidade a que pertence – ao menos em se tratando do discurso público; somente no segundo membro do enunciado é que ele vai manifestar sua verdadeira opinião. Esse tipo de enunciação é extremamente comum no discurso preconceituoso em geral: lembrem-se, a título de exemplo, os enunciados do tipo: “eu não sou racista, mas...” (cf. Van Dijk, 1992, entre várias outras obras do mesmo autor).

6. Certos enunciados comparativos – os enunciados comparativos, como demonstra Vogt (1977,1980), têm caráter argumentativo e, segundo a estrutura argumentativa, analisam-se sempre em *tema e comentário*, que são comutáveis do ponto de vista sintático, mas não do ponto de vista argumentativo. No caso do comparativo de igualdade, se o primeiro membro da comparação for o tema, a argumentação ser-lhe-á favorável; se o tema for o segundo membro da comparação, o movimento argumentativo será desfavorável ao primeiro. Em “Pedro é tão alto como João”, por exemplo, se Pedro for o tema, o enunciado serve para assinalar a sua “grandeza”, constituindo-se em argumento a ele favorável; por outro lado, se o tema for João, o enunciado se dispõe de modo a assinalar sua “pequenez”, ou seja, o movimento argumentativo será desfavorável a João (cf. também Koch, 1987). No último caso, a paráfrase adequada seria: “Pedro – e não João – deve ser considerado suficientemente alto para fazer X”. Ora, o ponto de vista segundo o qual João seria a pessoa adequada para fazer X é introduzido polifonicamente no enunciado e o locutor argumenta em sentido contrário a este. Observe-se o exemplo (19), extraído da “Folha de São Paulo”:

- (19) “Tão importante quanto o sucesso concreto do plano – ou seja, a inflação baixar de verdade – é a percepção do sucesso. Explicando melhor, é a confiança de que os preços estão mesmo sob controle.” (Gilberto Dimenstein, “Um tiro contra Lula”, Folha de São Paulo, 08/06/1994)

Em (19), a perspectiva de que o mais importante é a *percepção do sucesso* opõe-se àquela – polifonicamente introduzida – de que o importante é o *sucesso concreto do plano*, sendo-lhe argumentativamente superior.

O discurso indireto livre constitui também um caso interessante de polifonia. Nele, mesclam-se as vozes de dois enunciadore (na narrativa, personagem (E1) e narrador (E2)). Daí deriva a ambigüidade desse tipo de discurso, isto é, a dificuldade de distinguir o ponto de vista (perspectiva) de onde se fala.

Pode-se concluir, portanto, que não há coincidência total entre os conceitos de intertextualidade e polifonia.

Na intertextualidade, a alteridade é necessariamente atestada pela presença de um intertexto: ou a fonte é explicitamente mencionada no texto que o incorpora ou o seu produtor está presente, em situações de comunicação oral; ou, ainda, trata-se de textos anteriormente produzidos, provérbios, frases feitas, expressões estereotipadas ou formulaicas, de autoria anônima, mas que fazem parte de um repertório partilhado por uma comunidade de fala. Em se tratando de polifonia, basta que a alteridade seja encenada, isto é, incorporam-se ao texto vozes de enunciadore reais ou virtuais, que representam perspectivas, pontos de vista diversos, ou põem em jogo “topoi” diferentes, com os quais o locutor se identifica ou não (para maior aprofundamento, consulte-se Koch).

Deste modo, a meu ver, o conceito de polifonia recobre o de intertextualidade, isto é, todo caso de intertextualidade é um caso de polifonia, não sendo, porém, verdadeira a recíproca: há casos de polifonia que não podem ser vistos como manifestações de intertextualidade.

Por tudo o que aqui foi discutido, confirma-se que, do ponto de vista da construção dos sentidos, todo texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadores, ora concordantes, ora dissonantes, o que faz com que se caracterize o fenômeno da linguagem humana, como bem mostrou Bahktin (1929), como essencialmente dialógico e, portanto, polifônico.

PARTE II

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO TEXTO FALADO